



JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE TUCURUÍ/PA

EDITAL n. 02/2013
PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DE
ESTAGIÁRIOS DO CURSO DE DIREITO

INSTRUÇÕES

- **CONFIRA** se seu caderno de provas contém **13 páginas**, com **30 questões objetivas** e **02 temas sugeridos para a redação**, além de uma **FOLHA DE RESPOSTAS**.
- Preencha os dados nos cabeçalhos da FOLHA DE RESPOSTAS e da REDAÇÃO. **Assine onde for requerido.**
- **A prova objetiva será corrigida exclusivamente pela FOLHA DE RESPOSTAS.**
- A redação deve ser redigida de forma legível e a tinta (azul ou preta).
- Não é permitida a consulta a qualquer material impresso: apostilas, livros, exercícios, etc.
- É vedado o uso de *notebook*, *pager*, *palm top*, celular, ou qualquer meio de comunicação eletrônica. Esses aparelhos devem permanecer desligados e guardados.
- É vedado o empréstimo ou troca de materiais entre os candidatos ou qualquer forma de comunicação entre eles.
- Durante a realização das provas, as bolsas e demais objetos devem ficar guardados (embaixo da carteira ou em local separado), sob pena de não ser entregue a prova ou de ser retirada.
- É proibido sair da sala, salvos em casos de urgência médica e congêneres, ou, ainda, para a satisfação de necessidades fisiológicas, sempre com acompanhamento de um fiscal.

Tucuruí - PA, 11 de novembro de 2013.



JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE TUCURUÍ/PA

PROVA OBJETIVA

Direito Constitucional

1 – A propósito das ações reservadas pelo Constituinte de 1988 para que o cidadão possa combater as ilegalidades praticadas por autoridades públicas, conhecidas como remédios constitucionais, marque a alternativa CORRETA.

- A) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional ou por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.
- B) Conceder-se-á "habeas-corpus" sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua propriedade, por ilegalidade ou abuso de poder.
- C) Conceder-se-á mandado de injunção para proteger direito líquido e certo, não amparado por "habeas-corpus" ou "habeas-data", quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
- D) Conceder-se-á mandado de segurança sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

2 – Com relação à competência da Justiça Federal, assinale a alternativa CORRETA.

- A) As causas em que a União for autora serão aforadas na seção judiciária do Distrito Federal, tendo em vista que Brasília é a capital federal.
- B) As causas intentadas contra a União poderão ser aforadas na seção judiciária em que for domiciliado o autor, naquela onde houver ocorrido o ato ou fato que deu origem à demanda ou onde esteja situada a coisa, ou, ainda, no Distrito Federal.
- C) Compete aos juízes federais processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica, empresa pública e sociedade de economia mista federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho.
- D) Serão processadas e julgadas na justiça estadual, no foro do domicílio dos segurados ou beneficiários, as causas em que forem parte instituição de previdência social e segurado, sempre que o município não seja sede de vara do juízo federal, e, se verificada essa condição, a lei poderá permitir que outras causas sejam também processadas e julgadas pela justiça estadual. Nessa hipótese, o recurso cabível será sempre para o Tribunal de Justiça na área de jurisdição do juiz de primeiro grau.

3 – No que concerne ao controle judicial de constitucionalidade das leis e atos normativos, assinale a opção CORRETA.



JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE TUCURUI/PA

- A)** Os Presidentes da República, do Senado Federal e da Câmara de Deputados, dentre outros legitimados, podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade.
- B)** Cabe ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar originariamente a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual.
- C)** A arguição de descumprimento de preceito fundamental decorrente da Constituição será apreciada pelo Supremo Tribunal Federal e poderá controlar a validade de leis ou atos normativos, inclusive daqueles anteriores a 1988.
- D)** Qualquer juiz ou tribunal poderá declarar incidentalmente a inconstitucionalidade de uma lei ou ato normativo no âmbito de um processo judicial, hipótese na qual sua decisão terá efeitos "erga omnes" e valerá em toda a circunscrição territorial de sua competência.

4 – O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Sobre essa instituição que exerce funções essenciais à Justiça, assinale a assertiva **CORRETA**.

- A)** O Ministério Público da União compreende o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar, o Ministério Público Eleitoral e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
- B)** São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
- C)** O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quinze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.
- D)** É garantida aos membros do Ministério Público a vitaliciedade, após dois anos de exercício, consistente na impossibilidade de perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado ou por processo administrativo em que sejam assegurados a ampla defesa e o contraditório.

05 - Assinale a alternativa que aponta a classificação **CORRETA** da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

- A)** Promulgada, Escrita, Dogmática, Rígida, Analítica.
- B)** Outorgada, Não escrita, Dogmática, Flexível, Analítica.
- C)** Promulgada, Escrita, Histórica, Rígida, Sintética.
- D)** Promulgada, Não escrita, Histórica, Flexível, Analítica.

Direito Administrativo

6 – A Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deve obediência aos princípios jurídicos administrativos, sejam



JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE TUCURUI/PA

eles explícitos ou implícitos no texto da Constituição de 1988. Sobre esse tema, marque a alternativa CORRETA.

- A)** O princípio da legalidade significa que existe autonomia de vontade nas relações travadas pela Administração Pública, ou seja, é permitido fazer tudo aquilo que a lei não proíbe.
- B)** A vedação à Administração Pública de, por meio de mero ato administrativo, conceder direitos, criar obrigações ou impor proibições vincula-se ao princípio da eficiência.
- C)** À luz do Princípio da Motivação, a validade do ato administrativo independe do caráter prévio ou da concomitância da motivação pela autoridade que o proferiu com relação ao momento da prática do próprio ato.
- D)** “Correlação entre meios e fins” é expressão que costuma ser diretamente associada ao princípio da proporcionalidade.

7 – Assinale a opção CORRETA acerca do regime constitucional das funções, cargos e empregos públicos.

- A)** a investidura em cargo, emprego público ou função pública depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo, emprego ou função, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- B)** o prazo de validade do concurso público será de dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- C)** os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei. Assim, por exemplo, as universidades e instituições de pesquisa científica e tecnológica federais poderão prover seus cargos com professores, técnicos e cientistas estrangeiros.
- D)** os cargos em comissão, exercidos exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e as funções de confiança, a serem preenchidas por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

8 – É forma de provimento originário em cargo público, nos termos da Lei n. 8.112/90 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União):

- A)** a nomeação.
- B)** a promoção.
- C)** a readaptação.
- D)** a reversão.

9 – Em relação à motivação dos atos administrativos, assinale a opção CORRETA.

- A)** A motivação do ato administrativo deve ser sempre prévia ao ato.
- B)** Na hipótese de motivação de um ato discricionário, as razões apontadas pelo agente público serão determinantes no exame de sua validade pelo Judiciário.
- C)** Os atos administrativos simples dispensam a motivação.



JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE TUCURUI/PA

D) A Administração pode alterar em juízo os motivos determinantes do ato administrativo discricionário. E o Judiciário, quando instado a se manifestar sobre a motivação do agente público, pode revogar o ato administrativo por entendê-lo inconveniente aos interesses da Administração.

Direito Previdenciário

10 – Com relação ao benefício de prestação continuada, da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), assinale a alternativa INCORRETA.

A) Falecendo o titular do benefício assistencial, não há transferência do benefício aos seus dependentes.

B) Consiste na garantia de um salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

C) A qualidade de segurado não é requisito para a sua concessão.

D) O benefício pode ser acumulado somente com o de pensão por morte.

11 – É assegurada a aposentadoria no Regime Geral de Previdência Social, nos termos da lei, obedecidas as seguintes regras, EXCETO:

A) trinta e cinco anos de contribuição e sessenta anos de idade, se homem, e trinta anos de contribuição e cinquenta e cinco anos de idade, se mulher.

B) sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, reduzidos em cinco anos para os trabalhadores rurais de ambos os sexos que exerçam suas atividades em regime de economia familiar.

C) os requisitos da aposentadoria por tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

D) é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na Administração Pública e na atividade privada, rural e urbana, hipótese em que os diversos regimes de previdência social compensar-se-ão financeiramente, segundo critérios estabelecidos em lei.

12 – São acumuláveis os seguintes benefícios da Previdência Social, na forma da Lei n. 8.213/91:

A) mais de uma aposentadoria.

B) aposentadoria e pensão por morte.

C) salário-maternidade e auxílio-doença.

D) mais de uma pensão deixada por cônjuge ou companheiro.

13 – Assinale a alternativa INCORRETA, no que tange à pensão por morte:

A) cessada a condição de dependente de um dos beneficiários, sua quota reverterá em favor dos demais dependentes do instituidor da pensão.



JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE TUCURUI/PA

- B)** consiste num benefício devido ao conjunto de dependentes do segurado que falecer, aposentado ou não, enquanto persistir a situação de dependência.
- C)** o valor mensal da pensão por morte será de cem por cento do valor da aposentadoria que o segurado recebia ou daquela a que teria direito se estivesse aposentado por invalidez na data de seu falecimento.
- D)** no rateio da pensão por morte, o cônjuge sobrevivente terá direito a cinquenta por cento do valor do benefício, enquanto os demais dependentes dividirão a outra metade.

Direito Processual Penal

14 – Acerca da ação penal e do inquérito policial, assinale a opção **INCORRETA**.

- A)** Nos termos do Código de Processo Penal, a autoridade policial não pode ordenar o arquivamento do inquérito policial.
- B)** Ainda que o inquérito policial tenha sido arquivado por despacho do juiz, o promotor de justiça poderá ingressar com ação penal independentemente do surgimento de novas provas.
- C)** De acordo com o Código de Processo Penal o juiz poderá discordar do pedido de arquivamento do inquérito policial requerido pelo Ministério Público, oportunidade em que encaminhará os autos ao procurador-geral e, caso este insista no pedido de arquivamento, o juiz será obrigado a arquivar o inquérito.
- D)** A justa causa para o exercício da ação penal significa a exigência de um lastro mínimo de prova.

15 – A respeito da ação penal, assinale a opção **INCORRETA**.

- A)** Em alguns casos, o crime, quando praticado em detrimento do patrimônio ou interesse da União, Estado e Município, a ação penal será pública.
- B)** É concorrente a legitimidade do ofendido, mediante queixa, e do Ministério Público, condicionada à representação do ofendido, para ação penal por crime contra a honra de servidor público em razão do exercício de suas funções.
- C)** A ação penal pública é de iniciativa do Ministério Público, mas, em alguns casos, depende de prévia requisição do Ministro da Justiça ou de representação do ofendido, ou de quem tiver qualidade para representá-lo.
- D)** Será admitida ação penal privada nos crimes de ação penal pública, se esta não for intentada no prazo legal, cabendo ao Ministério Público aditar a queixa, repudiá-la e oferecer denúncia substitutiva, intervir em todos os termos do processo, fornecer elementos de prova, interpor recurso e, a todo tempo, no caso de negligência do querelante, retomar a ação como parte principal.

16 – NÃO compete à justiça federal processar e julgar:

- A)** Os crimes políticos.
- B)** Os crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, reciprocamente.



JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE TUCURUI/PA

- C) Os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar.
- D) A contravenção penal praticada em detrimento de bens e serviços da União.

17 – Nos termos da Lei n. 9.099/95 (Juizados Especiais), é cabível transação penal quando a pena máxima cominada ao delito:

- A) não for superior a um ano, cumulada ou não com multa.
- B) não for superior a dois anos, cumulada ou não com multa.
- C) não for superior a três anos, cumulada ou não com multa.
- D) não for superior a quatro anos, cumulada ou não com multa.

Direito Penal

18 - Quanto à aplicação da Lei Penal, marque a opção INCORRETA:

- A) Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.
- B) Não há crime sem lei anterior que o defina nem pena sem prévia cominação legal.
- C) Aplica-se a lei brasileira, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido em território nacional.
- D) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.

19 - O ato em que o sujeito esgota, segundo seu entendimento, todos os meios a seu alcance, de consumir a infração penal, que somente deixa de ocorrer por circunstâncias alheias à sua vontade, é denominado:

- A) Tentativa.
- B) Arrependimento eficaz.
- C) Crime consumado.
- D) Arrependimento posterior.

20 – Marque a opção que não constitui hipótese de extinção da punibilidade do agente:

- A) A retratação nos casos em que a lei admite.
- B) O perdão do ofendido, nos casos previstos em lei.
- C) A morte do agente.
- D) A prescrição.

21 – Pedro efetuou disparo de arma de fogo contra Paulo. Em seguida, arrependido, levou-o ao hospital, onde, apesar de ser atendido e medicado, veio a falecer. Nesse caso, houve:



JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE TUCURUÍ/PA

- A) desistência voluntária.
- B) crime tentado.
- C) crime consumado.
- D) arrependimento posterior.

Direito Processual Civil

22 - Compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas da competência da Justiça Federal até o valor de sessenta salários mínimos, entre as quais se incluem as causas:

- A) Para anulação ou cancelamento de ato administrativo federal de natureza previdenciária.
- B) De desapropriação, de divisão, demarcação, populares, executivos fiscais e por improbidade administrativa.
- C) Que tenham por objeto impugnação de pena de demissão imposta a servidores públicos civis.
- D) Sobre direitos ou interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos.

23 – No tocante às normas processuais, é **INCORRETO** afirmar que:

- A) o réu, na contestação, pode formular pedido em seu favor, desde que fundado única e exclusivamente em fatos.
- B) o juiz dará curador especial ao réu revel citado por hora certa.
- C) ninguém poderá pleitear, em nome próprio, direito alheio, salvo quando autorizado por lei.
- D) comparecendo o réu apenas para arguir a nulidade da citação e sendo esta decretada, considerar-se-á feita a citação na data em que ele ou seu advogado foi intimado da decisão.

24 – Tendo em vista a disciplina jurídica dos Juizados Especiais Cíveis, marque a alternativa **INCORRETA**:

- A) A pessoa física, cessionária de direito de pessoa jurídica, não pode figurar como autora.
- B) Estando uma parte representada por advogado, o juiz, a fim de preservar o equilíbrio e igualdade das partes, deverá nomear defensor à parte desassistida.
- C) Não é admitida a assistência, permitindo-se, contudo, o litisconsórcio.
- D) É lícito ao réu, na contestação, formular pedido contraposto em seu favor, dentro dos limites fáticos da lide e da competência do Juizado.

25 – De acordo com o Código de Processo Civil, extingue-se o processo sem resolução de mérito quando:

- A) o juiz reconhecer a prescrição ou a decadência.
- B) as partes transigirem.
- C) o autor renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação.



JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE TUCURUÍ/PA

D) o juiz acolher a alegação de perempção.

Direito Civil

26 – De acordo com as normas que regem o Direito Civil Brasileiro, são incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer:

- A) os menores de 16 anos.
- B) os excepcionais, sem o desenvolvimento mental completo.
- C) os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
- D) os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos.

27 – Com relação ao tema domicílio, assinale a opção correta de acordo com o Código Civil.

- A) O domicílio do servidor público será o do local em que firmar moradia, mesmo que outro seja o local em que permanentemente exerça sua atividade funcional.
- B) A casa de praia ocupada de modo ocasional por um indivíduo pode ser considerada seu domicílio.
- C) A Lei Civil admite que uma pessoa tenha mais de um domicílio civil.
- D) O domicílio da pessoa jurídica que possui inúmeros estabelecimentos será o local em que funcionar sua sede administrativa.

28 - A personalidade civil da pessoa natural surge e desaparece, respectivamente, com:

- A) O nascimento e a morte.
- B) A concepção e a morte.
- C) A maioridade e a morte.
- D) A concepção e a senilidade.

Direito Tributário

29 - Assinale a alternativa que apresenta algumas das causas de extinção do crédito tributário:

- A) Prescrição, pagamento e depósito do seu montante integral.
- B) Remissão, moratória e compensação.
- C) Decadência, transação e conversão do depósito em renda.
- D) Prescrição, decadência e concessão de medida liminar em mandado de segurança.

30 - É imposto de competência ativa da União, **EXCETO**:



JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE TUCURUÍ/PA

- A) Imposto sobre importação de produtos estrangeiros.
- B) Imposto sobre grandes fortunas.
- C) Imposto sobre propriedade territorial rural.
- D) Imposto sobre propriedade predial e territorial urbana.

